

A REDAÇÃO DO ENEM E A COMPETÊNCIA V: AS RELAÇÕES DIALÓGICAS PRESENTES NA CARTILHA DO PARTICIPANTE

ENEM'S COMPOSITION AND COMPETENCE V: THE DIALOGICAL RELATIONS PRESENT IN THE PARTICIPANT'S BOOKLET

Pricilla Záttera¹

Resumo: A redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tornou-se um objeto muito valorado em nossa sociedade, considerando que o seu resultado representa uma parcela significativa da nota desse exame. Além disso, o êxito no certame possibilita aos alunos concluintes do Ensino Médio (EM), por exemplo, terem acesso ao Ensino Superior, já que muitas universidades têm utilizado o seu resultado como forma de ingresso. Assim, os olhares para a prova de redação, por parte de professores e pesquisadores, são cada vez mais intensos. No caso deste artigo, nossa atenção volta-se especificamente para a Competência V da Matriz de Referência da redação do Enem, que diz respeito à elaboração da proposta de intervenção social. Essa escolha se justifica pelo fato de que, como professora-pesquisadora, percebemos que esse é um dos critérios que os alunos mais têm dificuldades, haja vista que o desempenho nela é, em boa medida, abaixo do esperado. Dessa forma, analisamos o seguinte documento oficial disponibilizado pelo Ministério da Educação relacionado a essa competência: a Cartilha do Participante — documento instrucional disponibilizado aos candidatos. Nosso objetivo, portanto, é analisar como esse documento oficial compreende a Competência V e como orienta a sua produção, buscando desvelar as relações dialógicas que o documento estabelece com discursos que circulam na sociedade. Nossa base teórica se sustenta na Linguística Aplicada, nas discussões da Teoria Dialógica de Linguagem, mobilizadas pelo Círculo de Bakhtin, além de se ancorar em pesquisadores brasileiros que discutem o ensino de Língua Portuguesa. Esta pesquisa é do tipo qualitativo-interpretativista e de análise documental (MOITA LOPES, 1998; BORTONI-RICARDO, 2008; FLICK, 2009). Após analisarmos as orientações da Cartilha do Participante no que concerne à Competência V, constatamos que o documento estabelece relações dialógicas com discursos governamentais do protagonismo juvenil e com aqueles que fomentam o exercício da cidadania por parte dos jovens brasileiros, o que se distancia da realidade vivida pela juventude brasileira.

Palavras-chave: Enem; proposta de intervenção; competência V; relações dialógicas.

Abstract: The writing test of the Enem has become a highly valued object in our society, considering that its result represents a significant portion of the exam's grade. Moreover, success in the exam allows students who have completed high school, for example, to have

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Cascavel (PR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0195973302201192>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5147-1027>. E-mail: profaprizattera@gmail.com.

access to higher education, since many universities have used its results as a form of admission. Thus, teachers and researchers are increasingly focusing on writing tests. In the case of this article, our attention turns specifically to Competence V of Enem's Reference Matrix, which concerns the elaboration of a proposal for social intervention. This choice is justified by the fact that, as a teacher-researcher, we noticed that this is one of the criteria that students have the most difficulties with, as well as the competence that most interferes with the final grade since the performance in it is lower than expected. Thus, we analyzed the following official document made available by the Ministry of Education related to this competence: the *Cartilha do Participante*. Our objective, therefore, is to analyze how this official document understands Competence V and how it guides its production, seeking to unveil the dialogic relations that the document establishes with discourses that circulate in society. Our theoretical base is based on Applied Linguistics, on the discussions of the Dialogical Theory of Language, mobilized by Bakhtin's Circle, besides being anchored in Brazilian researchers who discuss the teaching of Portuguese Language. This research is qualitative-interpretative and document analysis (MOITA LOPES, 1998; BORTONI-RICARDO, 2008; FLICK, 2009). After analyzing the orientation of the Participant's Booklet regarding Competence V, we found that the document establishes dialogic relations with governmental discourses of youth protagonism and with those that promote the exercise of citizenship by young Brazilians.

Keywords: Enem; intervention proposal; competence V; dialogical relations.

Introdução

Durante a vida escolar, os alunos brasileiros passam por diversos tipos de avaliação. Nesse rol, uma das avaliações que tem maior destaque é, sem dúvida, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que é uma avaliação externa em larga direcionada a alunos do Ensino Médio (EM) ou àqueles que já concluíram essa etapa escolar. Além de se avaliar as diferentes áreas do currículo escolar, o exame conta com uma prova de redação, que contém especificidades próprias e critérios singulares que constituem a nota final do candidato. Dentre as cinco competências avaliadas², este estudo se concentra na Competência V, que consiste em se elaborar uma proposta de intervenção para um problema social abordado no comando de produção da redação, respeitando-se os direitos humanos.

Um recurso importante para auxiliar os que farão a redação é a *Cartilha do Participante*, documento oficial elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e disponibilizado *on-line* aos candidatos, que contém informações e orientações referentes à prova, tais como: as competências e as habilidades que são avaliadas, algumas orientações referentes à estrutura e, ainda, exemplos de redações que foram produzidas em anos anteriores e que obtiveram a nota máxima (1000

² As cinco competências são mencionadas na próxima seção deste artigo.

pontos). Então, como objetivo geral, procuramos analisar como esse documento oficial compreende a Competência V e como orienta a sua produção aos candidatos, estabelecendo relações dialógicas entre o discurso oficial e outros que circulam socialmente.

Nosso estudo está organizado da seguinte maneira: esta introdução; a primeira seção possui informações referentes ao Enem e à prova de redação, com ênfase na Competência V; a segunda, em que apresentamos a Teoria Dialógica do Discurso; a terceira, em que realizamos uma análise dialógica da Cartilha do Participante; e, por fim, as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

O Exame Nacional do Ensino Médio, a prova de redação e a competência V

O Enem é uma avaliação individual, em larga escala, criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao MEC. A avaliação foi instituída pela Portaria do MEC nº438, de 28 de maio de 1998. A princípio, o objetivo do exame era avaliar a qualidade do EM no país, não sendo utilizado como forma de ingresso ao Ensino Superior. Com o passar dos anos e com a popularidade da prova, a nota do exame passou a ser utilizada como maneira de os alunos ingressarem ao ensino universitário, de modo que algumas Instituições de Ensino Superior (IESs) usam a nota obtida no Enem de uma maneira a complementar ou até mesmo substituir os sistemas avaliativos de cada instituição, pública ou privada.

Devido a essas mudanças no foco da prova, o MEC criou, em 2004, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio da medida provisória nº 213, de 10 de setembro, tornando-se uma lei no ano seguinte. A Lei nº 11.096/2005 destaca que o PROUNI é um programa governamental que visa a fornecer bolsas de estudo em IESs privadas do país a alunos que estudaram em escolas públicas ou que obtiveram bolsas de estudos em escolas particulares.

Após diversas alterações, tanto em seu formato quanto em seus objetivos, em 2009, houve mudanças mais significativas, principalmente quanto ao objetivo da prova, haja vista que foi a partir desse ano que o certame passou a ser utilizado como um sistema unificado de seleção para ingresso nas instituições federais de

ensino superior. A base legal dessa reestruturação se amparou na Portaria nº 109, Incisos II e III, de 2009, que dispõe, entre outros aspectos, sobre as formas de adesão por parte dessas instituições: (i) utilização apenas do Enem, por meio do uso do Sistema de Seleção Unificada (SiSU³); (ii) o Enem sendo combinado com o vestibular da instituição, em que se fará uma composição entre as notas obtidas no Enem e as notas do vestibular; (iii) o Enem como primeira etapa (ou fase) e o vestibular como segunda; ou, ainda, (iv) o Enem para as vagas remanescentes do processo seletivo de cada instituição (BRASIL, 2009).

Ainda nessa mesma portaria, outra alteração importante aconteceu: o número de questões, ao invés de serem 45 em cada um dos dois dias, passou a ser de 90 questões, totalizando 180 questões que devem ser respondidas em dois domingos de prova. Essas questões, ainda de acordo com o disposto no documento, são distribuídas, igualmente, em quatro áreas do conhecimento, e não mais em disciplinas específicas: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e, ainda, uma redação dissertativo-argumentativa.

A respeito da redação, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), vinculada ao INEP, orienta os candidatos sobre o texto requerido na prova, bem como o caminho que deve ser seguido desde a introdução até a conclusão:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** – uma opinião a respeito do **tema** proposto -, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto** que respeite os direitos humanos (BRASIL, 2019, p. 5, grifos no original).

As determinações mencionadas no documento servem como parâmetro de avaliação do participante, que, como produtor de um texto dissertativo-argumentativo, precisa demonstrar conhecimento sobre o tema, argumentando

³ Criado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, o SiSU é um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes. De acordo com o Parágrafo 1º: “A seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas por meio do SiSU será efetuada com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, a partir da edição referente ao ano de 2009” (BRASIL, 2010).

sobre ele a partir da situação-problema disposta na proposta. Por fim, o candidato ainda deve apresentar uma proposta de intervenção para esse problema, respeitando os Direitos Humanos – fator que diferencia a prova de redação do exame, dada essa obrigatoriedade.

Quanto à nota de redação, será composta a partir a avaliação de dois corretores, que terão como base os seguintes critérios:

Competência I: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa;

Competência II: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa;

Competência III: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;

Competência IV: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;

Competência V: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (BRASIL, 2019, p. 6).

Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 e 200 pontos para cada uma das cinco competências. A partir da soma dessas notas, obtém-se um resultado, que pode chegar a 1000 pontos. A nota final de cada participante será formulada a partir da média aritmética das notas totais atribuídas pelos avaliadores (BRASIL, 2019). Caso haja discrepância⁴ nas notas atribuídas pelos avaliadores, a redação será avaliada, de maneira independente, por um terceiro avaliador, que não tem acesso às notas anteriores, de modo que a nota final do aluno será composta pela média aritmética das duas notas que mais se aproximarem. Caso seja necessário, haverá uma quarta correção, composta por uma banca de professores.

O documento ainda destaca as razões pelas quais será atribuída a nota 0 à redação. Caso o texto apresente uma das características a seguir, automaticamente será zerada:

- fuga total ao tema;
- não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa;
- extensão total de até 7 linhas;
- cópia integral de texto(s) da Prova de Redação e/ou Caderno de Questões;
- impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, em qualquer parte da folha de redação;
- números ou sinais gráficos fora do texto e sem função clara;
- parte deliberadamente desconectada do tema proposto;
- assinatura, nome, apelido, codinome ou rubrica fora do local

⁴ Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos avaliadores diferirem, no valor final, por mais de 100 pontos ou, ainda, obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das cinco competências avaliadas (BRASIL, 2019).

- devidamente designado para a assinatura do participante;
- texto predominante ou integralmente em língua estrangeira; e
- folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho (BRASIL, 2019, p. 7-8).

A respeito dos critérios que fazem com que as redações sejam zeradas, todos são autoexplicativos, com exceção do seguinte trecho: “parte deliberadamente desconectada do texto proposto” (BRASIL, 2019, p. 7), o qual a cartilha dá especial atenção. Segundo o disposto, o candidato que incluir, em sua redação, trechos como:

[...] reflexões sobre o próprio processo de escrita, a prova ou seu próprio desempenho no exame, bilhetes destinados à banca avaliadora, por exemplo, mensagens políticas ou de protesto, orações, mensagens religiosas, frases desconectadas do corpo do texto, trechos de música, de hino, de poema de ou de qualquer texto, **desde que estejam desarticuladas da argumentação feita na redação** (BRASIL, 2019, p. 8, grifos no original).

Desarticuladas, nesse caso, diz respeito à inserção de partes que em nada se relacionem com os argumentos apresentados pelos candidatos, ou seja, que sejam inseridas de maneira proposital, pontual e desarticulada ao projeto de texto dos candidatos. O título é considerado um elemento opcional na redação do Enem, por isso, não é avaliado em nenhum aspecto relacionado às competências da matriz de referência.

Após apresentarmos um breve panorama do Enem e da prova de redação, a seguir, discutimos algumas diretrizes da Teoria Dialógica do Discurso.

A teoria dialógica do discurso: diretrizes para se analisar a competência V da prova de redação

A partir dos pressupostos do Círculo de Bakhtin, compreendemos que as relações existentes entre linguagem, língua e enunciado ocorrem a partir da sua natureza social e histórica, bem como do seu constante movimento para que a interação entre os sujeitos envolvidos na situação comunicativa seja efetivada. Volóchinov (2017) considera que a língua, que é uma das formas existentes de manifestação da linguagem, constrói-se a partir das relações que um sujeito estabelece com outro, levando-se em consideração uma necessidade real de dizer. Nesse sentido, a partir dessa necessidade, lançamos mão da língua para

concretizar aquilo que queremos, ou seja, de maneira falada ou escrita, adaptamos o nosso querer dizer à situação de uso em questão.

A linguagem, então, não corresponde a um sistema fixo, individual, desprovido de historicidade. Pelo contrário,

A realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados. Desse modo, a interação discursiva é a realidade fundamental da língua (VOLÓCHINOV, 2017, p. 218-219, grifos do autor).

Nesse sentido, para o autor, a interação é compreendida como a base da língua, cujo uso ocorre a partir de enunciados. Assim sendo, a linguagem medeia nossas relações sociais e

[...] é condição *sine qua non* na apreensão de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir; de que ela é ainda a mais usual forma de encontros, desencontros e confrontos de posições, porque é por ela que estas posições se tornam públicas [...] (GERALDI, 1997, p. 4-5, grifos no original).

Como indicado pelo pesquisador brasileiro, por meio da linguagem, podemos compreender e agir no mundo. Desde a tenra infância, a partir do contato com nossos familiares e outras pessoas, vamos sendo apresentados ao mundo, aprendemos palavras, conceitos, valores, modos de agir, que são determinados pelas condições sociais e históricas do contexto que nos situamos. Isso está em consonância como o que defende Bakhtin (1992):

A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não conhecemos por meio de dicionários ou manuais de gramática, mas **graças aos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos na comunicação efetiva com as pessoas que nos rodeiam** (BAKHTIN, 1992, p. 326, grifos nossos).

Segundo essa concepção, se a linguagem só existe por meio da interação verbal, a língua só existe em função do uso que os locutores (quem fala ou escreve) e interlocutores (quem lê ou escuta) fazem dela em situações de interação. Tanto Volóchinov (2017) quanto Bakhtin (1992) indicam que a linguagem e a língua são materializadas em enunciados concretos.

Para Bakhtin (1992),

Todo enunciado - desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico - comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa do outro). O enunciado não é uma

unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mundo “dixi” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou (BAKHTIN, 1992, p. 293).

Como base no exposto pelo filósofo russo, é possível compreendermos a noção de enunciado como uma unidade de comunicação que é necessariamente contextualizada e delimitada (pelo tempo, pelo espaço, pela posição dos sujeitos envolvidos na interação) e altamente imbricada em enunciados já produzidos por outros sujeitos, considerando que “[...] as unidades da comunicação discursiva – enunciados totais – são irreprodutíveis (ainda que se possa citá-las) e são ligadas entre si por relações dialógicas.” (BAKHTIN, 1992, p. 335). Ao interagirmos com outros, produzimos enunciados, os quais estabelecem relações com enunciados outros já existentes, pois “[...] alguma coisa criada é sempre criada a partir de algo dado. Todo dado se transforma em criado.” (BAKHTIN, 1992, p. 326). Pensando na redação do Enem, por exemplo, ao produzir o seu texto dissertativo-argumentativo, o candidato deverá transformar o dado (a proposta de redação, os textos de apoio sugeridos para leitura, as suas experiências de mundo e as leituras feitas dentro e fora da escola) em algo novo, que atenda à proposta estabelecida.

Essa compreensão sinaliza a importância de compreendermos a linguagem e a língua em sua relação dialógica, haja vista que “[...] toda a vida da linguagem, seja qual for o seu emprego (por exemplo, a linguagem cotidiana, a prática, a científica e a artística), está impregnada de relações dialógicas.” (BAKHTIN, 2008[1963], p. 183). Nas palavras de Brait (2005), o dialogismo apresentado pelos teóricos do Círculo diz respeito:

Ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. E, nesse sentido, podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por um outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos (BRAIT, 2005, p. 95).

O conceito de dialogismo é central nas discussões do Círculo, pois se refere às relações que estabelecemos como o(s) outro(s) por meio dos enunciados produzidos. A dialogicidade de “todo dizer” pode ser compreendida em três dimensões diferentes, segundo Bakhtin:

- a) “*todo dizer não pode deixar de se orientar para o ‘já dito’*”, quer dizer, nenhum enunciado é neutro, já que são constituídos por enunciados alheios, e ainda, nenhum enunciado se constitui do nada, sendo assim, são uma réplica dos enunciados discursivos anteriores.
- b) “*todo dizer é orientado para uma resposta*”, ou seja, todo enunciado espera uma resposta a um enunciado posto.
- c) “*todo dizer é internamente dialogizado*”, pois se constitui de múltiplas vozes sociais, é heterogêneo (BAKHTIN, 1998, p. 276, grifos do autor).

Essas três dimensões apontadas pelo autor reafirmam que: (i) nossos enunciados são organizados a partir e em função de outros, com os quais dialogamos, reagimos e/ou confrontamos; (ii) que esse diálogo requer sempre um interlocutor para o qual endereçamos nosso dizer e do qual se espera uma resposta, um posicionamento; e (iii) que a dialogização é caracterizada pelas múltiplas vozes que permeiam a constituição discursiva, pois, conforme afirma Bakhtin,

Na relação criadora com a língua não existem palavras sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, e vozes próximas que soam concomitantemente (BAKHTIN, 1998, p. 330).

Essas vozes/dizeres/discursos se mesclam às nossas palavras ao produzirmos nossos enunciados. Tal diálogo, muitas vezes imperceptível, é que faz com que nosso discurso seja heterogêneo e socialmente constituído.

Assim, as palavras – que são os elementos que fornecem sustentação à língua – são igualmente definidas dessa forma, ou seja, só terão significado se forem inseridas em um dado contexto social de uso, na interação entre os sujeitos. Volóchinov (2017) afirma que as palavras são signos sociais e ideológicos, tendo em vista que:

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável. *A palavra está sempre repleta de conteúdo e significação ideológica ou cotidiana.* É apenas essa palavras que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181, grifos do autor).

Nesse sentido, a partir do que o autor defende, compreendemos que as palavras não pertencem somente ao sujeito, mas sim ao meio em que ele está inserido, ao seu contexto social. A palavra, então, constitui a língua nas suas mais diversas situações de interação, sendo “[...] *o fenômeno ideológico par excellence*”

(VOLÓCHINOV, 2017, p. 98, grifos do autor).

Logo, o tempo todo estamos em contato com o(s) outro(s), interagindo, concordando ou discordando, buscando respostas que só serão possíveis de serem respondidas dentro dessa situação comunicativa. E é aí que a interação se constrói, nessa necessidade de se obter uma resposta, uma confirmação ou uma refutação dos nossos enunciados, seja por parte dos nossos ouvintes ou interlocutores. Os enunciados possibilitam, portanto, que essa interação entre os sujeitos ocorra.

A partir das discussões feitas nesta seção, sobretudo, com base nos conceitos de linguagem, língua, enunciado e dialogismo, a seguir, voltamos nosso olhar para a Cartilha do Participante (BRASIL, 2019), a fim de analisarmos como esse documento oficial compreende a Competência V e como orienta a sua produção.

3 UMA ANÁLISE DIALÓGICA DA CARTILHA DO PARTICIPANTE: A COMPETÊNCIA V

O presente artigo situa-se no campo epistemológico da Linguística Aplicada (LA, de ora em diante) que, conforme preceitua Moita Lopes (2006), tem como foco os estudos sobre questões de uso da linguagem. Vinculada ao campo da LA, a abordagem do nosso estudo é qualitativa-interpretativista, que tem como objeto de estudo aquilo que é possuidor de sentidos e significados, os quais podem variar a partir do contexto social, histórico e cultural em que está inserido (CHIZZOTTI, 2010). A sua relevância centra-se no fato de que, por meio dela, é possível realizar estudos e pesquisas das relações sociais, interpretando tanto a teoria que os embasam quanto os resultados obtidos. Realizamos, pois, a análise documental, haja vista que esse procedimento metodológico possibilita a identificação, em determinados documentos, de informações que possibilitem responder a perguntas de pesquisas previamente definidas.

A publicação “Redação no Enem - Cartilha do Participante” é um material elaborado pelo INEP e que, segundo o Portal do MEC, foi aprimorado para “tornar mais transparente a metodologia de avaliação da redação” do Enem (BRASIL, 2017, n/p), com instruções específicas sobre o que se espera dos candidatos na produção do texto, especialmente em cada uma das cinco competências avaliadas.

Sua primeira versão foi disponibilizada em 2012 e, desde então, é publicada anualmente, nos meses que antecedem a prova. Além das instruções, há um compilado de redações que obtiveram a nota máxima - com comentários do próprio INEP - e, ao final, instruções de como os participantes podem desenvolver o hábito da leitura.

Logo no início da cartilha, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), por meio da referida cartilha, orienta os candidatos sobre a produção da redação, com o “caminho” que deve ser seguido desde a introdução até a conclusão para que a redação receba uma boa nota por parte dos corretores:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** - uma opinião a respeito do **tema** proposto -, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto** que respeite os direitos humanos (BRASIL, 2019, p. 5, grifos no original).

Essas determinações servem como orientação aos participantes que, como produtores de um texto dissertativo-argumentativo, precisam demonstrar conhecimento sobre o tema, argumentar sobre ele a partir da situação-problema disposta na proposta e, ainda, propor uma intervenção que respeite os Direitos Humanos. Escolhemos a cartilha pelo fato de que ela se constitui em um documento norteador sobre a prova de redação. Com base nisso realizamos alguns recortes de trechos que constituem a análise.

No excerto acima, observamos o caráter instrucional da Cartilha, que justamente por ser uma “cartilha” é construída majoritariamente por sequências injuntivas com o predomínio de uma estrutura imperativa, que denotam instruções ou ordens a serem seguidas (“A prova de redação exigirá”, “você deverá”, “Seu texto deverá”, “Você também deverá”) para que a produção de texto contemple os critérios de avaliação (“Os aspectos a serem avaliados...”). Assim, a Cartilha vai explicitando ao participante que mais do que produzir um texto, ele deve produzir conforme a banca orienta, isto é, exatamente da mesma forma e seguindo exatamente os “passos” elencados pela Cartilha (e mantidos na proposta

de redação, conforme abordamos na seção 3.4). Esse discurso de que o candidato deve seguir passos específicos para a escrita da redação do Enem se mantém no Manual de Correção (abordado na próxima seção) em que se instrui os avaliadores a aceitarem especificamente algumas construções e outras não.

No que diz respeito à Competência V, a Cartilha do Participante é muito enfática ao abordar a necessidade de se apresentar uma intervenção para o problema apresentado. Então, espera-se que os candidatos mobilizem os seus conhecimentos de mundo para uma apresentarem solução que, mesmo minimamente, possa resolver o problema suscitado. As provas do Enem, segundo a Cartilha,

[...] normalmente abordam temas complexos, muitas vezes problemas de difícil resolução, de ordem social, científica, cultural ou política. Por isso, você pode apresentar as mais diversas formas de intervenção, desde uma sugestão de combate até uma solução efetiva da questão em foco (BRASIL, 2019, p. 23, grifos nossos).

Sendo assim, a partir disso, compreende-se que o candidato, para resolver o problema, precisa articular os fenômenos linguísticos às condições sócio-históricas, inserindo em sua redação informações do mundo ao seu redor. Nota-se, então, que essa competência reflete a concepção de que o texto é um espaço de discussão, de reflexão e de apresentação de possíveis soluções, haja vista que, muito mais do que codificar palavras e orações, o candidato relaciona ideias e soluções que circulam socialmente, o que faz com que a escrita se caracterize como um ato social.

Para além dessa compreensão, notamos que a Cartilha do Participante estabelece relações dialógicas com outros discursos e enunciados. No caso da Competência V, em específico, percebemos um diálogo com o discurso do *protagonismo juvenil*. De acordo com Santos (2006), socióloga brasileira, um dos marcos desse discurso de que o jovem tem de assumir uma posição de protagonista nos problemas foi a ação da Organização das Nações Unidas (ONU) em declarar o ano de 1985 como o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. Para a autora, que analisou diversos documentos produzidos por instâncias internacionais (Organização das Nações Unidas -ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL) e nacionais

(governos federais, estaduais e municipais), mesmo que expressões como “protagonismo juvenil”, “ator social” não estejam explícitos nesses documentos, o discurso se faz presente. Conforme a sua argumentação, esse discurso refere-se “[...] àquele que trabalha pela consecução de objetivos pessoais numa dada conjuntura social e, por extensão, àquele que trabalha pela resolução de problemas que afetam a coletividade.” (SANTOS, 2006, p. 64). Assim, ao requerer que o estudante, um jovem que frequenta o EM, analise uma problemática social, assuma uma posição e elabore uma forma de resolvê-la, em outras palavras, pede-se que ele seja um protagonista.

Ademais, a pesquisadora argumenta que o pano de fundo desse discurso é a política neoliberal das agências governamentais internacionais e nacionais, que, preocupadas com a desestabilização social, fomentam a “participação” da juventude, como meio de evitar tal descontrole. Outro fato a se ressaltar é que a ideia de ação por parte dos jovens é um discurso, não dos jovens, mas dos adultos.

A noção de protagonismo dialoga com outro termo constante no documento. Ao orientar que o candidato elabore “[...] *uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem*”, o aluno tem a oportunidade de demonstrar “*seu preparo para o **exercício da cidadania**, para atuar na realidade em consonância com os direitos humanos.*” (BRASIL, 2019, p. 23, destaques nossos). Inicialmente, destacamos que essa orientação nos permite pensar nas escolhas dos alunos: tanto das palavras quanto das marcações ideológicas existentes em seu dizer. É essencial que os candidatos estejam muito atentos às colocações que realizarem na prova, tendo em vista que é preciso que os Direitos Humanos não sejam infringidos. Então, esses precisam se posicionar, apresentar uma proposta de intervenção e, ainda, se responsabilizar pela escolha que realizarem, tanto lexical quanto ideológica. Não basta apenas resolver o problema, é preciso compreender os melhores caminhos que devem ser seguidos e que possibilitem a resolução e o respeito aos direitos humanos. Isso indica uma compreensão de linguagem e de língua carregadas de ideologia, já que “*A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana. É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano.*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 127, grifos do autor). Assim, para não ferir os direitos humanos, o aluno precisa reconhecer a carga ideológica das palavras que usamos,

com o intuito de não denegrir a dignidade humana e reconhecer e valorizar as diferenças e as diversidades existentes.

Outra expressão em destaque é “*exercício da cidadania*”. Ao usá-la, a Cartilha dialoga com o disposto no Art. 205, da Constituição Federal de 1988: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, *seu preparo para o exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 94, grifo nosso).

Para Santos (2006), a noção de cidadania dialoga com o discurso do protagonismo juvenil, ao designar que cidadania refere-se à capacidade “[...] de encontrar soluções concretas para problemas imediatos.” (SANTOS, 2006, p. 222). Em diálogo com isso, o Plano Nacional da Juventude, por exemplo, prevê o “[...] desenvolvimento da cidadania e organização juvenil [...] estimular, em qualquer área de atuação, a participação ativa dos jovens em benefício próprio, de suas comunidades, cidades, regiões e do País.” (BRASIL, 2004). Como se vê, há uma ênfase no fato de que os jovens têm de participar de moto ativo na sociedade, e podem fazer isso exercendo sua cidadania, isto é, apresentando soluções aos problemas sociais, como requerido pela Competência V da redação do Enem.

A cartilha orienta ao candidato:

[...] os seus conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação (BRASIL, 2019, p. 23, grifos nossos).

Ao dar tal instrução, exige-se do candidato o seu posicionamento efetivo como cidadão participativo da sociedade, o que vem de encontro ao que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), uma vez que o referido documento assegura que o Ensino Médio é a preparação básica para a cidadania, ou seja, existe o desenvolvimento, mas ainda não é o completo. Isso pode ser observado no Artigo 35: “II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996, p. 14). Além disso, ainda há menção ao fato de que ser cidadão é ser autônomo para ter certas decisões, e que essa autonomia só é possível de ser

alcançada com estudos universitários, sem contar, inclusive, com o fato de que a vivência social e as experiências adquiridas são fulcrais para que a atitude cidadã seja aprimorada.

Outro termo que ressaltamos das orientações direcionadas ao participante é que ele deve “*se posicionar de maneira crítica*” (BRASIL, 2019, p. 23, grifos nossos). A palavra “crítica” é oriunda do termo grego *crinein*, que significa separar e julgar. Por essa definição, bastaria dizer que uma pessoa crítica é aquela que separa o objeto a ser apreciado e lança sobre ele um determinado juízo de valor, isto é, um julgamento. É extremamente relevante destacar a importância da postura crítica para a vida social. São as posturas críticas que provocam o nascimento e a evolução das diferentes concepções de mundo e de homem ao longo da história da humanidade, concepções que, por sua vez, incidem diretamente nas relações que os homens estabeleciam entre si e com a natureza. As diferentes visões do campo filosófico, por exemplo, o humanismo, ceticismo, estruturalismo, formalismo, fenomenologia, teoria crítica, entre outras que se desmembraram de concepções basilares do racionalismo, do empirismo e do interacionismo, estabeleceram-se a partir da leitura crítica que os homens faziam acerca da teoria filosófica que até então lhes serviam para responder às suas questões existenciais (PINTO, 1991). Nesse processo de questionamento, os sujeitos críticos não somente questionam as ideias de seu tempo, mas também contribuem decisivamente para que novas ideias deem novos contornos ao mundo e estabeleçam novas relações entre os homens.

Se, conforme indicou Santos (2006), na década de 1980, visualizou-se uma profusão do termo “protagonismo juvenil”, a partir da mesma época, começamos a notar uma circulação mais intensa do apelo ao “posicionamento crítico” dos discentes. Isso ocorre porque, a partir dessa década, as práticas escolares passaram a receber contribuições de diversas áreas, impactando o modo como se via os alunos e o processo de ensino e aprendizagem. No que diz respeito à disciplina de Língua Portuguesa, em particular, a partir dos avanços das ciências linguísticas - a Linguística, a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Linguística Textual, a Análise do Discurso -, áreas reunidas sob o rótulo da Linguística da Enunciação (MORATO, 2004), surgiram novas concepções de linguagem, de língua, de oralidade, de escrita, de texto e de discurso, reconfigurando, portanto, o “objeto”

da aprendizagem de LP e, conseqüentemente, o “processo” dessa aprendizagem e desse ensino (SOARES, 1999).

Com essas contribuições, não havia mais espaço na escola para um ensino bancário (FREIRE, 2005), em que o professor, detentor do saber, “depositava” conhecimentos na mente dos alunos, que, passivamente, decoravam e memorizavam normas e regras. Os alunos passaram de uma posição passiva para alguém que ativamente, juntamente com o professor, produzem conhecimento, requerendo-se desses discentes um posicionamento crítico, haja vista que os usos que fazemos da língua estão repletos de ideologia e de sentidos.

Os documentos parametrizadores de ensino passaram também a articular esses discursos às orientações destinadas aos professores. Por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental (EF), um dos objetivos desta etapa de escolarização é “[...] *posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.*” (BRASIL, 1998, p. 55, grifos nossos). Já nos PCN para o EM, o foco prioritário é “[...] a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do *pensamento crítico.*” (BRASIL, 2000, p. 14). Como observamos, tanto no EF quanto no EM, espera-se que os alunos desenvolvam seu pensamento crítico, que será observado por meio de seus posicionamentos críticos, materializados tanto na oralidade quanto na escrita, a exemplo da redação do Enem.

Por fim, a Cartilha ainda reitera:

Para construir uma proposta muito bem elaborada, você deve não apenas propor uma ação interventiva, mas também o ator social competente para executá-la, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial. Além disso, você deve determinar o meio de execução da ação e o seu efeito ou finalidade, bem como algum outro detalhamento (BRASIL, 2019, p. 24).

O que se visualiza, nesse trecho, é que essa Competência V procura avaliar a capacidade do candidato se enxergar como um cidadão que faz parte de uma sociedade multicultural e multiétnica, que compreende os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana. Ainda, que consegue olhar no meio em que está inserido e que, a partir dos atores sociais escolhidos, consiga apresentar uma solução para o problema destacado, de modo a promover o bem de todos, sem

preconceitos de origem, de raça, de cor, de sexo, de idade ou qualquer outra forma de discriminação existente. Assim, muito mais do que resolver o problema de maneira criativa, efetiva e viável, o candidato precisa demonstrar engajamento social e respeito aos valores humanos. O termo “cidadania”, por exemplo, nos PCN do EM (BRASIL, 2000) aparece mais de 50 vezes ao longo do documento, e a palavra “cidadão” mais de 10, mostrando que o discurso do protagonismo juvenil observado no campo político foi incorporado ao discurso pedagógico, seja dos PCN, seja da Matriz de Referência do Enem.

As proposições para se elaborar a Competência V da redação do Enem – *Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos* – estabelecem relações dialógicas com outros discursos e enunciados, sobretudo, os que circulam em documentos produzidos por instâncias governamentais, que destacam o protagonismo jovem e o apelo ao exercício da cidadania. Para Santos (2006), tem-se apresentado o “[...] *protagonismo juvenil* como um método de educação para a cidadania que supõe a “atuação prática” dos jovens na busca de soluções para os problemas sociais.” (SANTOS, 2006, p. 251-252, destaques da autora). Motivada por políticas neoliberais, esse método estaria ligado ao desenvolvimento de habilidades e de competências (SANTOS, 2006), discurso que tem sido amplamente marcado na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), atual documento parametrizador de ensino, qual seja: desenvolver habilidades e competências voltadas para o mercado de trabalho. Então, o ensino de Língua Portuguesa não teria como foco formar leitores e produtores de textos críticos e responsivos, mas preparar os jovens para exercerem seu protagonismo vendendo sua força de trabalho, e que precisam ter habilidades e competências específicas para fazê-lo.

Considerações Finais

Nosso objetivo com esse texto foi analisar a Cartilha do Participante, documento elaborado pelo MEC para os estudantes que fazem a redação do Enem. Para tanto, apresentamos informações sobre o Enem, a prova de redação e a Competência V. Posteriormente, ressaltamos conceitos da Teoria Dialógica do Discurso, a fim de termos diretrizes para analisar as relações dialógicas presentes

no documento em destaque.

Como destacado ao longo deste texto, a Cartilha do Participante, mormente por meio da Competência V – *Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos* –, dialoga com o discurso do protagonismo juvenil, que apela aos estudantes brasileiros que exerçam sua cidadania por meio da redação, momento em que vão elaborar uma proposta de intervenção social, para resolver ou propor soluções a problemas da sociedade canarina.

Tal discurso está em consonância com as políticas públicas em educação formuladas no Brasil, embasadas em uma política neoliberal, cujo foco é preparar os alunos para o mercado de trabalho.

Essa análise, ainda que não aprofundada e exaustiva, é importante para que nós, professores, tomemos os objetos de ensino presentes no universo escolar de maneira crítica, a fim de não perpetuarmos discursos e práticas doentes que não favorecem a formação efetivamente crítica e responsiva dos estudantes.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: A teoria do romance**. Tradução do russo por Aurora Formoni Bernardini *et al.* 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares**

Nacionais Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. **Projeto de Lei n. 4.530/2004.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271233>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota de aprovação da matriz de referência do Enem 2009.** Brasília, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/nota_consed_novoem.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2019:** cartilha do participante. Brasília, 2019.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. *In:* MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística:** fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 311- 351.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 7. ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.

SANTOS, R. M. de. **O discurso do protagonismo juvenil.** 2006. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOARES, Magda Becker. Aprender a escrever, ensinar a escrever. *In:* ZACOUR, E. (org.) **A magia da linguagem.** 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999, p. 49-73.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Submetido em 14 de setembro de 2022.

Aceito em 21 de dezembro de 2022.